



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Luciano**  
**Alves – PSD/PR**

**PROJETO DE LEI Nº 1349, DE 2021**

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências.

**Autor: Deputado Otto**

**Alencar Filho**

**Relator: Deputado Luciano**

**Alves**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 1349, de 2021, altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G.

A proposição determina que será facultado às personalidades jurídicas a opção de aplicação de parcelas de contribuição de 1% da receita operacional bruta diretamente em infraestrutura de telecomunicações e que os contribuintes poderão deduzir da contribuição desta Lei as quantias efetivamente despendidas nos projetos, desde que previamente aprovados pelo Comitê Gestor do Fust.

Nesse viés, para ter acesso a esse benefício, as prestadoras deverão realizar investimento em infraestrutura de redes, com tecnologia 5G e superiores, em regiões com baixo índice de Desenvolvimento Humano, nas quais não haja viabilidade econômica na prestação de serviços de telecomunicações, em montante equivalente ao valor da isenção concedida.

A proposição obedece ao regime ordinário de tramitação, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, de acordo com art. 24, II, do RICD. Foi distribuída, para análise de mérito, à Comissão de Comunicação, e, para efeitos do Art. 54 do RICD, à Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Transcorrido o prazo regimental, o projeto não recebeu emendas, no âmbito desta Comissão de Comunicação.

É o relatório.

Apresentação: 01/09/2025 15:21:22.260 - CCOM  
PRL 5 CCOM => PL 1349/2021

PRL n.5





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Luciano Alves – PSD/PR**

### **II – VOTO DO RELATOR**

É cediço que em várias localidades que permeiam a extensão territorial do Brasil a falta de comunicação e acesso às redes de comunicação eficientes tem sido um problema cada vez mais escalado nos dias atuais. Em áreas rurais, principalmente, é possível avaliar a falta desse tipo de recurso e seus impactos na formação de uma sociedade igualitária.

Para tentar amenizar o impacto, esta casa aprovou a criação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, no ano de 2000, que é gerido pelo Conselho Gestor vinculado ao Ministério das Comunicações e operacionalizado pelo BNDES. Esse fundo foi idealizado com o objetivo de promover o acesso da população de baixa renda aos serviços de telecomunicações, mediante a arrecadação de recursos junto às prestadoras que seriam destinados para essa finalidade, com atendimento prioritário às regiões onde a exploração desses serviços não se mostrasse economicamente viável.

Porém, ao longo desses mais de 20 anos desde a sanção da Lei, os recursos provenientes do FUST foram destinados para o cumprimento de objetivos não adjacentes às diretrizes presentes no planejamento que justifica sua criação. Essa distorção fez com que por meio de PFC 38/2015 (Projeto de Fiscalização e Controle), apresentado no Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 1.093/2016 – TCU-Plenário realizasse auditoria operacional, cujo objetivo deveria contemplar, além de pontos indicados na PFC, o monitoramento do Acórdão 2.320/2015-TCU-Plenário, retificado pelo Acórdão 3.072/2015-TCU-Plenário, e do Acórdão 28/2016-TCU-Plenário. Depois de realizado o devido processo legal, constatou-se que apenas R\$341 mil, ou seja, apenas 0,002% do montante recolhido pelo fundo foram efetivamente aplicados pela União em programas de universalização dos serviços de telecomunicações, bem como exposto no Acórdão 749, de 2017.

A desvinculação de Receitas da União começou a impactar a arrecadação do Fust a partir do ano de 2004, por efeito da EC 42/2003, ao permitir a desvinculação de 20% dos recursos de contribuições de intervenção no domínio econômico. Apoiada nessa autorização constitucional, parte das receitas do Fust são desvinculadas já no momento da arrecadação, assumindo desde a sua entrada nos cofres do Tesouro a classificação por fonte de recursos 00 (Recursos Ordinários) e não 72, como o restante das receitas arrecadadas pelo fundo. Assim, com essa classificação, não é possível identificar em que ações os recursos foram efetivamente aplicados, haja vista não ser possível diferenciá-los nos demais recursos ordinários da União (fonte 100).

A iniciativa em exame propõe-se a contribuir para solucionar esse problema, ao autorizar as próprias operadoras de telecomunicações a investirem na implantação da infraestrutura de redes em localidades carentes, em contrapartida à dispensa de 1% das suas receitas para o FUST, e, montante equivalente ao valor efetivamente investido. A medida, ao mesmo tempo em que permite que a parcela dos recursos gerados no setor de telecomunicações seja aplicada no próprio segmento, também assegura o acesso à população de baixa renda aos benefícios proporcionados pelas tecnologias da informação e comunicação.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Luciano**  
**Alves – PSD/PR**

Não resta dúvida, portanto, quanto à conveniência e oportunidade da aprovação do Projeto de Lei nº 1.349, de 2021. A Constituição Federal, em seu art. 3º expressamente contempla a redução das desigualdades sociais e regionais. Nessa toada, é de suma importância uma melhor gestão e iniciativas sobre os recursos do FUST, para que possamos realizar uma inclusão aos menos favorecidos e implementação de procedimentos administrativos mais eficientes para alocação dos recursos destinados para essa finalidade, a exemplo do que dispõe o projeto, para que estejam alinhados com as diretrizes e finalidade para qual foi instituído.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o voto é **pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.349, de 2021, na forma do substitutivo apresentado**, por sua relevância social, aderência às diretrizes, e por representar um avanço no reconhecimento do setor de telecomunicações, inclusive no campo de combate às desigualdades sociais.

**Sala da Comissão, 11 de agosto de 2025.**

**LUCIANO ALVES**  
Deputado Federal  
**PSD/PR**

Apresentação: 01/09/2025 15:21:22.260 - CCOM  
PRL 5 CCOM => PL 1349/2021

**PRL n.5**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Luciano**  
**Alves – PSD/PR**

Apresentação: 01/09/2025 15:21:22.260 - CCOM  
PRL 5 CCOM => PL 1349/2021  
**PRL n.5**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº1349, DE 2021**

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art.1º** Esta Lei altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações, em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências.

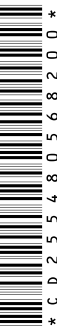
**Art. 2º** O art. 6º - A da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos, suprimindo-se o § 1º do mesmo artigo:

“art. 6º - A. As prestadoras de serviços de telecomunicações que executarem programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados pelo Conselho Gestor, mediante utilização de recursos próprios, farão jus à redução da contribuição de que trata o inciso IV do caput do art. 6º desta Lei em valor aí aprovado, até a integralidade do montante a ser recolhido.

§ 1º Os benefícios tributários previstos no art. 6º - A terão vigência a partir do exercício fiscal seguinte a publicação desta Lei, sendo estendidos por mais 5 (cinco) anos, nos termos do art. 137 da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024.

§ 2º Para fazer jus ao benefício de que trata o caput, os programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações deverão ter como objeto a instalação, operação, ampliação e/ou modernização de infraestrutura de telecomunicações, com as tecnologias previstas no Edital de Licitação, que deverão ser as mais adequadas para o atendimento da localidade que receberá os investimentos.

§ 3º Os requerimentos para a execução dos programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações de que trata o §2º deverão ser apresentados ao Conselho Gestor, ou a quem este delegar essa atribuição, acompanhados de estimativa de custos, para apreciação do seu enquadramento aos requisitos estabelecidos nesta Lei e demais normas atinentes à matéria.





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Luciano Alves – PSD/PR**

§ 4º O Conselho Gestor, ou a quem este delegar essa atribuição, terá um prazo máximo de sessenta dias, contado do recebimento do requerimento, para comunicar sua decisão à proponente, informando os motivos em caso de negativa.

§ 5º Da negativa ao requerimento de que trata o §3º caberá recurso ao representante máximo do órgão do Poder Executivo competente para estabelecer a política nacional de telecomunicações, ou a quem este delegar essa atribuição, que deverá decidir no prazo de até 60 (sessenta) dias.

§ 6º Decorrido o prazo estabelecido no § 4º sem manifestação do Conselho Gestor, ou a quem este delegar essa atribuição, ficará a prestadora autorizada a executar o programa, projeto, plano, atividade, iniciativa ou ação, em conformidade com as condições mencionadas no requerimento apresentado.

§ 7º Caso o Conselho Gestor, ou a quem este delegar essa atribuição, indefira o pedido após o prazo de 60 (sessenta) dias mencionado nos §§ 4º e 6º deste artigo, as prestadoras deverão recolher o saldo da contribuição que ainda não tenha sido aplicado no projeto, sendo vedada a cominação de multas e/ou juros sobre parcela.

§ 8º O Conselho Gestor publicará anualmente, até 28 de fevereiro, o montante de recursos correspondente à redução da contribuição para o Fust autorizada por força deste artigo, bem como os valores efetivamente desembolsados nos programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados, devidamente discriminados por beneficiário". (NR)

**Art.3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

**LUCIANO ALVES**  
Deputado Federal  
PSD/PR

